

O CONTROLE DO TRABALHO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS NA PANDEMIA: A FALÁCIA DO PRODUTIVISMO

Alfabetização e pandemia: desafios, aprendizados e perspectiva 8

Resumo: Este texto, busca compreender a percepção de dez professoras que atuam nas turmas dos dois primeiros anos da educação básica, na rede pública, em relação ao ensino na modalidade remota e os usos da Base Nacional Curricular (BNCC), nas práticas pedagógicas alfabetizadoras. Na nossa busca, intencionalmente procuramos indagar as docentes a respeito das condições reais de trabalho que estão vivenciando na atualidade. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, em que a coleta de dados ocorreu por meio de um questionário disponibilizado no aplicativo google forms. A investigação ocorreu no final do primeiro semestre de 2021. Percebemos a partir da análise dos dados coletados que o processo de alfabetização das crianças e o trabalho das professoras estão comprometidos pela rigidez, controle e pela barbárie do produtivismo.

Palavras-chaves: Alfabetizadoras; pandemia; produtivismo; controle.

Introdução

A educação no Brasil expandiu-se e trouxe contradições complexas na pandemia da COVID 19 instaurada no ano de 2020, o caos na saúde que atingiu a economia e a educação, causando uma desapropriação do ser social, o isolamento que se sucedeu, mostrou os conflitos da educação, com a tecnologia e a desigualdade, professores que precisaram se reinventar. A expressão que ecoa não mais nos corredores das escolas, mas nas lives, nas reuniões no google meet, nas intermináveis mensagens no WhatsApp e nos e-mails é a relevância do professor se “reinventar”, não é um convite, é uma convocação para que profissionais que foram formados para ministrar aulas presenciais tornem-se especialistas em educação básica na modalidade remota sem a formação, sem o tempo necessário para aprender, e sem o instrumental imprescindível para a seu trabalho.

A pesquisa situa-se no campo da alfabetização, com ênfase na relação entre o trabalho das professoras alfabetizadoras e a congruência que impera em nas práticas pedagógicas.

A pesquisa justifica-se pela própria complexidade deste momento histórico, em que as professoras, as escolas, e os estudantes são fortemente afetados pela lógica imposta pelo capital, em um município marcado pela desigualdade social, pobreza e falta de acessos aos bens básicos como saúde e alimentação, uma miséria que coloca o trabalhador sobre os

ditames do capital, destarte o trabalhador docente também faz parte dessa categoria massiva de precariedade e falta de direitos.

Este estudo, objetiva-se compreender a percepção das professoras alfabetizadoras de duas escolas municipais, na região norte mineira, acerca da relação com o trabalho na modalidade remota e do uso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas turmas dos dois primeiros anos. Os procedimentos metodológicos adotados foi um questionário disponibilizado por meio do aplicativo google forms. As participantes encontram-se na faixa etária de 26 a 32 anos, todas possuem ensino superior no curso de Pedagogia. Faremos referência às professoras como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10. A pesquisa é de natureza qualitativa, focalizada na percepção e nas experiências das docentes.

Trabalho e educação em tempos pandêmicos: Os dizeres das professoras

A conceituação do trabalho trazida aqui, caracteriza a questão da precarização e da reestruturação produtiva do capital, entendemos que perpassa por uma história de lutas sociais e que a organização da sociedade se dá a partir de uma construção empírica, ao qual, o trabalho organiza-se também no sentido de consumo e mais valia.

Ao analisarmos os dados coletados, identificamos nos discursos das docentes algumas categorias importantes para a discussão e compreensão da realidade atual que ineliminavelmente estão ligadas a lógica capitalista e destrutiva.

Os lugares desses sujeitos da pesquisa apresentam o instrumental e as condições do seu trabalho de forma obscurizada e atravessada pela dor, pela dificuldade e pela precarização em relação aos usos da tecnologia e dos lugares sistêmicos do emocional, o conflito de lidar com a pressão e com uma grande quantidade de labor, seja no espaço escolar (*online*) ou doméstico, na família, há uma cobrança volumosa e uma dura realidade de condições que levam esses profissionais a abandonarem os processos relacionais no ambiente familiar e sucumbirem o excesso de trabalho aos ditames perversos do capital, clarifica-se nas ideias de Antunes,

ser afetado pelo objeto do trabalho, ou está de alguma maneira específica sujeita a ele, significa, que o próprio resultado do processo de trabalho suscita, o ser humano que trabalhou, no trabalhador, uma série de novas generalizações [...]. (ANTUNES, 2012, p. 15).

O trabalho docente, submetido aos interesses do mercado, ocasiona a precarização da educação e o trabalho intensificado desses professores, como ilustrado na fala de um dos entrevistados: “Houve um aumento do trabalho, diminuição da autonomia, criação de novas funções e invasão de privacidade”, pois essas questões incidem no trabalho docente e

atravessam os corpos dos professores, os discursos interpelam as questões em relação a dor desses professores no sentido da subordinação ao capital e ao labor mais sucumbido.

Situando essa luta pela sobrevivência, temos também, uma luta para trabalhar remotamente, através dos discursos desses professores podemos vislumbrar essa precariedade. Os sujeitos relatam a falta do instrumental, a carga horária intensificada, o ambiente inadequado, o acúmulo de funções em curto tempo, o excesso de produção de materiais didáticos e há também uma dificuldade da adaptabilidade em relação às novas tecnologias, instrumentos que eram utilizados para o lazer, como o celular, agora são meios de trabalho, onde os mesmos gravam vídeos e passam dias e horas em contato com a escola e com os pais. Como afirmam os professores ao dizer que o trabalho:

Triplicou! Passamos a estar à disposição dos pais, escola durante todo o tempo. Continuamos fazendo o "novo" e o "velho"(questões burocráticas da escola como: diário online, plano de aula, trabalhos online e para serem impressos...). Além de suplicar participação dos alunos aos pais. Muitas vezes inutilmente! (P1, 2021).

Exacerbamente. Muitos relatórios, planilhas, estudos pra fazer, atendimento as famílias o tempo todo, a escola, planejamentos, atividades, aulas online, vídeos, etc. Tudo consumia muito mais tempo que nossa jornada de trabalho. (P 9, 2021).

Sim. Os planejamentos das aulas ficaram mais extensos, e as aulas em si, mais exigente. Pois parte dos alunos participam online outros não, temos que fazer planos de aulas que contemplem as duas modalidades de participação, fora a repetição de conteúdos para os alunos retardatários. Realmente a jornada mais que dobrou. (P 8, 2021).

Os discursos dessas docentes em relação a pandemia e o labor exacerbado, desnuda as desigualdades sociais desse país desde o começo do isolamento. Há mais de um ano estamos vivenciando esse processo de repressão, dilemas e conflitos com a escola pública que não teve tempo suficiente para se organizar com subsídios, mão de obra especializada, e instrumental para dar o suporte necessário aos profissionais no constante labor tecnológico e prático. Dessa forma, foi posta toda a carga de culpa, pressão, busca por resultados, criação de atividades que não sustentam a lógica estrutural de um ensino remoto, além dos professores perderem sua própria subjetividade aos poucos, os mesmos precisaram lidar com a dificuldade das tecnologias, do enfrentamento de si, para criarem vídeos e disponibilizarem para outrem, a imagem do professor utilizada fica à mercê em todos os sentidos pelo aluno e/ou famílias, perdendo a sua privacidade. (PREVITALI, 2020)

Ao questionarmos sobre o aumento da cobrança por parte dos diretores e supervisores, os sujeitos apontam na sua grande maioria que o trabalho está sendo explorado e intensificado devido ao controle de seus superiores que priorizam sistematicamente a fiscalização da produção do trabalho. Destacamos o registro de um dos participantes da pesquisa, que diz:

Sim. Muito. Muita pressão. Muitos documentos a serem preenchidos e por diversas vezes modificam esses documentos colocando mais cobranças ainda. Parece que há uma preocupação sempre muito grande em manter ou ultrapassar a meta. (P 15, 2021)

Nos reportamos novamente a ideia de Antunes (2017) sobre a fábrica da educação, quando utilizam o processo educativo como uma “meta” a ser cumprida e redobrada, lembramo-nos de Charles Chaplin em Tempos Modernos (Filme de comédia/ romance). Assim como na escola, podemos ver essa exploração no filme que enuncia a fragmentação do trabalho, onde cada um exerce seu posto e desempenha uma tarefa de forma árdua, ágil e mecânica, aumentando cada vez mais com o passar do tempo. Ao exercer sua função de trabalhador fabril, há sempre uma fiscalização por parte de um guarda nas cenas, reprimindo e cobrando cada vez mais por uma produção.

Nas contradições do capitalismo, a educação tem se tornado uma mercadoria, ao qual os professores estão sobrecarregados de funções. Pois, os professores vendem sua força de trabalho, mas não se satisfazem (há um estranhamento) tornando alheios de si mesmo, tendo um fluxo alienante e uma rotina sem limites de horário para exercer seu trabalho, recebendo mensagens de pais a cada momento do dia, não ganhando nada a mais por essas horas, com desgaste físico, mental, gera então salários fragmentados para tantas horas conectados. Nesse sentido, trazemos em nosso questionário a indagação sobre a relação escola e família e a conciliação dessa rotina de trabalho docente, no qual um dos entrevistados diz que é:

Muito difícil... Uma jornada cansativa... Minha rotina começa 6:30 da manhã e só termina meia noite... Gravando vídeos... Preparando aula, rotina semanal etc... (P 25, 2021).

Vemos aqui uma exploração da força de trabalho, bem como a fragmentação taylorista-fordista que adentra a “alma do trabalhador” e estrutura em sua base uma coisificação do trabalho, ou seja, um estranhamento de sua própria realidade, uma relação entre o mundo operário e a subjetividade (LUKÀCS, 2004, p.202).

Segundo Antunes (2017, p. 99) “é por isso que, no contexto atual, as instituições de ensino (...) tem buscado adaptar seus currículos a um contexto no qual os/as trabalhadores/as devem ser mais flexíveis. Polivalentes ao operarem equipamentos mais avançados, com ênfase nas tecnologias digitais e da informação”. E assim, o trabalhador docente é convocado a exigir e controlar a si mesmo, e até de se auto punir, afinal ele é responsável pelo resultado final da produtividade da sua escola, e tudo depende do seu esforço.

Subjaz, a educação voltada para o capital está cada vez mais reestruturada, ágil e flexível, nas normas do governo neoliberal, uma educação pautada na relação com as empresas, tal qual a expansão do empreendedorismo. É através do instrumentar do trabalho que o homem em primeira instância, constrói tudo na mente, para logo após realizar a prática, porém, temos agora a dificuldade de realizar essa condição, mesmo com a flexibilidade,

devido a uma grande demanda e um controle maior do capital sobre o trabalho. Ao trazermos essa questão da escola flexível, pontuamos os discursos dos sujeitos entrevistados quando versam sobre não haver cursos sobre as novas tecnologias na prática. Abordam a dualidade e a flexibilidade que a educação deve ter nesse momento, onde o professor que não tem habilidade com as tecnologias deve organizar-se mesmo não sabendo lidar com as ferramentas, não tendo um apoio tecnológico, recursos e formações, uma verdadeira legitimação da educação como uma fábrica de ensino. Assim, afirmam as professoras:

Não e continuo sem saber o que fazer. (P 18, 2021).

Sim, só a teoria, na prática com decorrer das aulas. (P 57, 2021)

Nenhuma e só sei usar o celular. (P 25, 2021).

A partir dos discursos dos professores está explícito o descaso para com a Educação no sistema Educacional do Norte de Minas e do Triângulo Mineiro, professores trabalhando sem o mínimo de conhecimento e materiais, fadados ao controle do Estado e/ou Município, porém, devem ser flexíveis a quaisquer realidades e lidar com demandas do modo de produção. Ao enfrentar essas questões que extrapolam seu poder de saber o sujeito é exteriorizado de seu próprio labor.

Antunes (2017) discorre pontualmente sobre o tempo presente, um capitalismo pandêmico que nos impulsiona as catacumbas dos trabalhos mais precarizados já vistos neste país, com professores despossuídos de seu trabalho quando versam sobre a centralidade desse labor e escancaram as péssimas condições de trabalho quando afirmam que não possuem o instrumental tecnológico como computador, *wifi*, cadeira e ambientes adequados e se submetem a uma rotina embrutecida e alienante.

As dez professoras que responderam ao questionário afirmaram que a gestão da escola supervisionam diariamente as atividades elaboradas, com o propósito de verificar se os conteúdos estão sendo ministrados em conformidade com a BNCC, e oito delas disseram que em nenhum momento tiveram como prioridade compreender o processo de aprendizagem das crianças. “A proposição da direção da escola é que façamos cinco atividades para que a supervisora escolha as três melhores, o que nos mantém aflitas para darmos conta de preparar atividades coerentes e criativas.” (P1, 2021)

Como elucida Carneiro (2019) os direitos de aprendizagem, são assegurados por meio de um cardápio curricular da BNCC, oferecem os conhecimentos mínimos para o desenvolvimento das habilidades e competências das crianças. No que refere-se a inspeção das atividades por parte da gestão, compreendemos com base nas ideias do autor que afirma: “tais serviços prestados, inclusive, poderão ser medidos por constantes avaliações que produzem rankings e determinam o destino de docentes e escolas, seja no céu ou no inferno.” (Carneiro, 2019, p. 44)

Para as participantes P2, P5, P10, P1 e P6, a BNCC mantém o que já havíamos estudado a respeito da alfabetização e do letramento no Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, porém a BNCC não apresenta um método que deixe claro a concepção de alfabetização, portanto entendemos que a nossa prática depende somente de nós mesmas. Ao dizer que não há uma metodologia que embase sua práxis e essa depende somente de seu esforço, as professoras mostram sua fragilidade em relação ao processo educativo, no tocante dos documentos ensejados em suas práticas diárias.

E em relação ao Pacto, Moraes (2020, p.13) clarifica que “o PNAIC era incomparavelmente superior ao que propõe a BNCC, tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto no âmbito didático” e salienta que as relações entre o processo de alfabetização e letramento e suas especificidades eram debatidas com respeitabilidade. O ensino da leitura e da escrita não se reduz exclusivamente a recursos memorísticos, o aprendizado da alfabetização se processa de forma conceitual e não mecânica. A professora 7 e 4, trabalham na mesma escola e afirmam que o letramento não aparece no planejamento e quando questionam, a gestão esclarece que a prioridade é não deixar as crianças sem atividade, para evitar reclamações. Não vemos nenhuma possibilidade de resistência aos direcionamentos das práticas pedagógicas. Mas as crianças pagarão pelo descaso do poder público.

As professoras pontuam o produtivismo na educação quando os discursos mostram o descaso com o ensino ao dar qualquer atividade para o aluno para o mesmo não ficar sem fazer nada, o professor fica alheio de seu trabalho e reproduz a precariedade e a relação de opressor e oprimido ao acatar as demandas das gestões e dos superiores. Há uma ausência de um conteúdo formativo, o ensino fica fragmentado ao objetivar quaisquer conteúdos para suprir a demanda curricular, o trabalho desse professor está intrínseco na relação do trabalho na construção do sujeito e sua relação com a natureza.

Considerações Finais

Quando o professor perde a sua subjetividade para o capital, ele se submete ao trabalho, seja ele de qual forma, precarizado e alienado, subverte sua realidade para atender as normativas dos superiores, assim ele contempla os ditames econômicos do capital e gera lucro aos patrões, trabalhando por horas, recebendo um salário desapropriado para a quantidade de trabalho exercido, uma beleza para o capital e uma destruição para a vida do trabalhador.

No cenário da pandemia, os usos das tecnologias digitais no ensino remoto, escancarou a desigualdade social, as dificuldades de acesso à educação de qualidade, para as crianças oriundas da classe trabalhadora e colocou à mostra, os retrocessos vivenciados

nas práticas alfabetizadoras fundamentadas no cardápio curricular, a BNCC. As professoras relataram com clareza as próprias condições precárias de trabalho e o quanto a crise sanitária e econômica descortinou e ampliou a barbárie, empurrando-as para a obscuridade do produtivismo.

Referências

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2020.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. Coleção Questões de nossa época, Volume 58. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

CASSIO, Fernando.(org.) **Educação contra a Barbárie**. In.: FRADE. Isabel Cristina da Silva. *Disputas em torno da alfabetização: quais são os sentidos*. São Paulo, Boitempo:2019.

LUCKÁCS, G. **Ontologia del Ser Social: El Trabajo** – textos ineditos en castellano. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto of the Communist Party” In: _____. Karl Marx, Friedrich Engels: Collected Works. New York : International Publishers, 1975, Vol. 6.

MORAIS, Artur Gomes. **Alfabetização e Letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental**.V.12.Nº.Especial. Dossiê "Ensinar a ler e a escrever: múltiplos contextos e perspectivas". Disponível em:<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9955>